



UM IDEÁRIO POLÍTICO PARA O ATLÂNTICO SUL

Francisco Heitor Leão da Rocha

Após discorrer sobre a importância estratégica do Atlântico Sul, o autor visualiza políticas e estratégias voltadas para a interação dos continentes que o delimitam, defendendo que a segurança, defesa e desenvolvimento da área somente será efetivo, se houver uma simbiose de interesses em relação à Antártica.

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL

A História da Humanidade discorre, com clareza, a respeito do Atlântico Sul, como via- de comunicações, identificando-o, pela primeira vez, no final do século XV, associado aos portugueses, nos meandros das descobertas das rotas marítimas para as Índias. Com o passar dos anos, na medida em que os interesses co-

merciais foram sendo intensificados, mormente entre a Europa e o Oriente, foi ele ganhando importância estratégica, pois a Rota do Cabo¹ passou a ser mais utilizada, possibilitando os afluxos econômicos e comerciais entre povos e culturas distintas.

Desde a segunda metade do século XIX, o homem, buscando maximizar o tempo, associando-o à remuneração do capital, e em decorrência da acumulação de conhecimentos, encurtou os

caminhos entre os Continentes. Assim, pôde ser empreendida a construção do Canal de Suez, em 1862,² e do Canal do Panamá, em 1914, às vésperas da Primeira Guerra Mundial.³ Essas obras magníficas, esvaziaram de certa forma, a Rota do Cabo, bem mais longínqua e, portanto, onerosa.

Durante quase um século, a Rota do Cabo permaneceu esquecida (apesar de bem utilizada no prolongamento da Segunda Guerra Mundial). O Canal de Suez passou a ser o elo de ligação entre o Ocidente e o Oriente. Nada passava de um lado para o outro, sem o registro do Canal de Suez. Contudo, os desentendimentos entre os homens, especialmente no Oriente Médio, levou ao fechamento do Canal, em 1967. Foi consequência da chamada "Guerra dos Seis Dias", envolvendo, de um lado, Israel e, de outro, o Egito, então dirigido pelo Estadista Gamal Abdel Nasser, falecido em 1971, sem ter concretizado o sonho de reabri-lo à navegação internacional.

Em razão dessa condicionante, a Rota do Cabo, segura e estável, voltou a alimentar a Europa e a América com matérias-primas e manufaturas vitais para o crescimento sócio-econômico do Ocidente. Teve, assim, restaurada sua influência, nos parâmetros observados nos sé-

culos XVII, XVIII e XIX, quando o processo de acumulação de capital é de conhecimento propiciou a chamada Revolução Industrial.

A crise econômico-financeira decorrente da Guerra do Yom Kippur (setembro de 1973), que se abateu sobre o mundo capitalista fez crescer, em importância, a estratégica Rota do Cabo, tornando sua manutenção vital para o Ocidente. A construção de grandes petroleiros, superiores a 150 mil toneladas (limite máximo de capacidade do Canal de Suez) consagrou essa importância para os povos da América, Europa e Sul da África. Mesmo com a reabertura do Canal de Suez, no final da década de 70, como resultado dos entendimentos entre os dirigentes judeus e egípcios, a Rota do Cabo e, por extensão, o Atlântico Sul, não retornou ao ostracismo que ocorreu quando da abertura dos Canais do Panamá e de Suez, no fim do século passado e início do presente. Os aspectos geopolíticos e geoestratégicos o tornaram perene e em franca e irrefutável ascensão. Nada mais natural, portanto, que vê-lo, hoje, não como uma forma alternativa para a navegação internacional, mas como uma rota marítima permanente.

Com o incremento do co-

mércio Sul-Sul, o Atlântico Sul veio tornar-se uma das rotas marítimas mais promissoras do globo terrestre. Haja vista o assentamento de interesses econômicos e comerciais entre, por exemplo, o Brasil, potência econômica emergente, e a África Negra, subdesenvolvida, marginalizada das relações econômicas e do sistema financeiro internacionais, mergulhada em graves problemas sociais, em que avulta o da miséria absoluta. O Atlântico Sul é, assim, uma área de importância crescente para as superpotências. Torná-lo desmilitarizado, no contexto da relatividade de interesses e propósitos, é uma utopia desconfortável para ambas. Daí o estabelecimento de políticas e estratégias que objetivam o fortalecimento do conceito de Segurança Coletiva, quando implementada.

O Atlântico Sul foi, é e será sempre um dos mais importantes vertedouros de ligação entre os Continentes. Quem o controlar, via Rota do Cabo, passará a controlar não somente o Oceano, mas países como o Brasil, Argentina e África do Sul. Isso, sem discorrer sobre o efeito danoso que causaria ao ecossistema da Europa, América e África, em conjunto.

Numa primeira colocação, observa-se não existir nenhuma definição precisa, universalmen-

te aceita, dos limites do Atlântico Sul. Todavia, do ponto de vista geográfico e de maneira genérica, compreende-se Atlântico Sul como a parcela do Oceano Atlântico situada ao sul do Equador, tendo-se essa linha geográfica como a delimitação norte, os Continentes sul-americanos e sul-africano nas configurações oeste e leste, prolongados para o sul por meridianos arbitrários.

O Brasil, com seus mais de 7.400 quilômetros de fronteira marítima, ocupa posição privilegiada na área. Assim, visando ao atingimento dos interesses estratégicos do país, torna-se indispensável deslocar-se o limite norte do Atlântico Sul, do Equador para o Trópico de Câncer. Justificam essa necessidade as seguintes razões: parte do território e da costa brasileiros situam-se no hemisfério norte; o limite sul do Tratado do Atlântico Norte é o trópico de Câncer; entre o Equador e o Trópico de Câncer situam-se áreas de importância capital, tais como o saliente africano e o Arquipélago de Cabo Verde, de um lado, e as inúmeras ilhas que dão acesso ao mar das Caraíbas, de outro.

De maneira mais ordenada, o Atlântico Sul pode ser considerado como tendo os seguintes limites:⁴ ao Norte, o Trópico de Câncer; a Oeste, o Meridiano de 060°W, costa leste da América

do Sul e Meridiano de 070°W; ao Sul, a Costa da Antártida e a Leste, a Costa Oeste da África e Meridiano de 025°E.

Os problemas do sul da África afetam todo o Atlântico Sul.

As antigas províncias portuguesas do Ultramar, todas hoje independentes, enveredaram pelo caminho do socialismo-comunismo e estão propiciando aos países membros do Pacto de Varsóvia penetração na área, via seus portos e posições estratégicas significativos. Esse é o caso de Angola, no saliente africano, próximo ao nordeste brasileiro, especialmente ao Estado do Rio Grande do Norte. Outro é Cabo Verde, que sendo um arquipélago, é dotado de uma posição geoestratégica peculiar, mormente a Ilha do Sal, através da qual é possível controlar a rota marítima do Cabo e a Baía de Walvis. Pesa sobre todos os países do Atlântico Sul o estigma da instabilidade política, decorrente dos graves problemas sociais internos. A única saída plausível, para eles, é a constituição urgente da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), organismo de cunho militar multilateral e regional, composto pelas Forças Armadas dos países membros. Essa organização, caso seja criada, deve buscar o entrelaçamento, via Trópico de Câncer, com a mais fecunda instituição militar

do Ocidente – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Dada à textura geoestratégica do Atlântico Sul, é desejável que os países da região estabeleçam medidas substanciais, voltadas para criação dessa Organização, enquanto não se vislumbra o açodamento generalizado do comunismo no sul da América, em que pese as presenças de Cuba, Suriname, República Cooperativa da Guiana e Nicarágua Sandinista.

O Brasil é um país marítimo por excelência. Basta consultar sua história, para o encontrá-lo intimamente ligado ao mar.

O Oceano Atlântico tem sido o caminho natural de expansão do país, intra e interfronteiras. A recente conquista de mercados para manufaturas brasileiras na África Negra deu-se pelo Atlântico Sul.

O incremento do comércio Sul-Sul, partindo da América Latina, mormente do Brasil, decorre da privilegiada posição estratégica do país, com uma costa de quase 8 mil quilômetros.

O mar, especialmente o Atlântico Sul, é o reservatório potencial e natural de recursos minerais, no contexto das 200 milhas náuticas de mar territorial ou zona econômica exclusiva.

Ao se analisar o Balanço Comercial do Brasil e, num sen-

tido mais abrangente, a Balança de Pagamentos, chega-se à conclusão de que 90% do seu intercâmbio comercial é feito por via marítima.

A economia brasileira depende, pois, de inúmeras rotas marítimas que liguem os portos brasileiros aos principais portos do resto do mundo,⁵ sendo as de maior significado para a economia do país:

- a Rota Costeira, entre o Rio da Prata e Trinidad. Em tonelagem, é a segunda rota de importação de petróleo, adquirido na Venezuela, além das demais cargas;

- a Rota Oceânica Européia, entre o saliente Nordeste e a área Dakar-Cabo Verde. Entre as cargas mais variadas, está se tornando a quarta rota de importação de petróleo, proveniente do Mediterrâneo;

- a Rota Oceânica Centro-Africana, entre a área Rio-Santos-Vitória e o Golfo da Guiné. Atualmente é a terceira rota de importação de petróleo, proveniente da Nigéria.

- a Rota Oceânica Sul-Africana, entre a área Rio-Santos-Vitória e o Sul da África. É a principal rota de importação de petróleo, proveniente do Golfo Pérsico.⁶

Com a localização dessas rotas em Carta Marítima, verifica-se que os mais exponenciais pontos de acesso do tráfego marítimo de interesse do Brasil,

no Atlântico Sul, situam-se nas áreas de Trinidad, Dakar-Cabo Verde e Capetown.

Essas áreas marítimas devem, portanto, merecer atenção especial, no planejamento da segurança externa.

Associativamente, ao se estudar a Carta Marítima do Atlântico Sul, observa-se que as rotas acima passam nas proximidades e ao largo das Ilhas de Fernando de Noronha (Brasil); Cabo Verde (Nação independente da África Negra, ex-colônia de Portugal); Trindade (Brasil); Ascensão (pertencente ao Reino Unido, mas cedida em condomínio, desde o final da Segunda Guerra Mundial, aos Estados Unidos da América (EUA)); Santa Helena (Reino Unido); Tristão da Cunha (Reino Unido) e Gough (Reino Unido).

Pode-se, outrossim, dentro dessa mesma conceituação, alocar, no Atlântico Sul, os seguintes pontos estratégicos das Rotas Marítimas: Cabo de São Roque (Brasil); Golfo de San Matias (Argentina); Golfo de San Jorge (Argentina); Cabo de Horn (Chile/Argentina); Golfo da Guiné (Guiana Equatorial); Bafa de Walwis (Namíbia/África do Sudoeste); Cabo da Boa Esperança (África do Sul) e Cabo das Agulhas (África do Sul).

Das ilhas acima e das áreas concêntricas analisadas, podem-se desenvolver ações defensivas e ofensivas. Por isso, afir-

ma-se que o Atlântico Sul permite uma interação entre o Sul da América e o Sul da África, além da ligação geoestratégica e geopolítica com o Atlântico Norte e com o Oceano Índico.

O ATLÂNTICO SUL E A ANTÁRTICA

A Antártica, localizada no Polo Sul e que poderá ser dividida territorialmente em 25 de junho de 1991 pelos países signatários a aderentes do Tratado Antártico de Washington, está inserida na concepção de Segurança e Defesa do Atlântico Sul, uma vez que não existe uma delimitação fronteiriça precisa entre as águas do Atlântico Sul e o chamado "Continente Gelado".

Para melhor compreensão, à medida que a possível partilha da Antártica se aproxima, procurar-se-á fazer um breve histórico geopolítico e econômico desse território pouco conhecido do homem e que, segundo os especialistas dos países possuidores de bases permanentes na região,⁷ poderá, num futuro próximo, abastecer a humanidade de proteínas e matérias-primas vitais, como o petróleo.

As Regiões Árticas são dotadas de uma superfície de 21.434.400 km², comparável à superfície da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo quase três vezes

superior ao tamanho do Brasil e duas vezes e meia o tamanho dos Estados Unidos da América (EUA) e da República Popular da China (RPC). A superfície acima é assim distribuída: 8.376.900km² de terra firme ou gelo e 13.057.100km² de mar.

Segundo o Embaixador Ilmar Penna Marinho,⁸ os territórios árticos são dotados de duas categorias distintas: aqueles que se acham firmemente vinculados aos respectivos continentes; e as ilhas e pequenos arquipélagos, como as de Spitzberg (Noruega), Terra de Francisco José (URSS), Ilhas Sverdrup (Canadá) e as Ilhas da Groelândia, Nova Zembla etc.

Partes significativas das Regiões Árticas já têm donos. Pertencem aos Estados Unidos da América (EUA): o Alasca (386.000km²); ao Canadá: a Terra de Bafin e as Ilhas Sverdrup (1.756.000km²); à Dinamarca: Groelândia (1.849.000km²); à Noruega: incluindo Spitzberg (214.000km²); à Finlândia: 97.000km²; e à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS): 3.900.000km².

Em consonância com o pensamento do Embaixador Penna Marinho, são as seguintes as principais diferenças entre as Regiões Ártica e Antártica:

- as Regiões Árticas são dotadas de espessas camadas de gelo sobrepostas; as Antárti-

cas, de vasta extensão de terra coberta de gelos eternos;

- as Regiões Árticas são sistemas de setores e pertencem, sem contestação, aos países contíguos (Estados Unidos da América, Canadá, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas); as Regiões Antárticas são territórios compactos, cujas superfícies globalizadas perfazem cerca de 14.000.000km² (cerca de uma vez e meia a superfície do Brasil). É chamado de Sexto Continente. Durante o inverno, com o congelamento do oceano austral, que circunda o "Continente", sua superfície pode atingir até 35.000.000km²;

- as Regiões Árticas são habitadas e contíguas do Continente dos países vizinhos; as Antárticas se constituem em verdadeiros espaços oceânicos, desérticos, distantes das regiões habitadas. Por exemplo, a Terra do Fogo (Argentina) dista 3.600km da Nova Zelândia e sua distância geográfica é ainda maior, cerca de 4.700km. Da Tasmânia, dista mais de 5.000km e, do Cabo da Boa Esperança (África do Sul), cerca de 10.000km.

Outra diferença importante entre essas Regiões é a temperatura. Nas Regiões Antárticas, no verão, ela se situa em torno de 0°C, enquanto que no inverno alcança aproximadamente

-20°C, na orla marítima; no interior, no inverno, varia entre -20°C e -65°C, podendo chegar a -88°C, como já foi registrado na Estação Soviética de Kostok. Os ventos podem chegar, quando ensejam tempestades, a 320 km/h. Nas Regiões Árticas, as temperaturas, tanto no verão como no inverno, são mais brandas e as tempestades são ocasionais.

Ainda o Embaixador Penna Marinho assim estabelece os três principais aspectos políticos relacionados à Antártica:

- os Estados que reclamam direito de soberania sobre a Antártica alegam certos direitos sobre ela ou fazem reservas sobre tais direitos; enfim, admitem que a Antártica é passível de repartição entre os Estados;

- a tese contrária de internacionalização das Regiões Árticas ou Antárticas;

- o Tratado de Washington de 1959, congelando até 1991, todas as reivindicações territoriais.

O princípio da internacionalização da Antártica e/ou das Regiões Polares é inspirado no da liberdade dos mares e calca do nas posições defendidas pelas duas superpotências. Não é idéia nova e se contrapõe aos países que reivindicam possessões tanto nas Regiões Árticas, como nas Antárticas, e se baseia em duas proposições fun-

damentais: a liberdade para o processamento de investigações científicas e o resolutivo uso da Antártica para fins pacíficos, exclusivamente.

O Tratado Antártico de Washington foi assinado em 1º de dezembro de 1959, mas só entrou em vigor em 23 de junho de 1961. Tem duração de 30 anos, isto é, vigirá até 1991, quando os países signatários originais e aderentes, com poderes plenos, se reunirão em Washington para decidirem o destino do "Continente Gelado", sua partilha ou perenização do princípio da internacionalização. É um compromisso transnacional e provisório. O Tratado, por outro lado, delineia-se através de um preâmbulo de quatorze artigos, nele destacando-se as seguintes características principais:

- é de interesse para a humanidade, conquanto as potencialidades do "Continente Gelado" são formidáveis e ainda em fase embrionária de prospecção;

- exclusividade para fins pacíficos, o que tem sido respeitado até os dias de hoje. É o único Continente do planeta Terra ainda não contaminado diretamente pela militarização;

- liberdade de investigação científica. Todos os países que desejarem e tiverem condições podem adentrar a Antártica, desde que essas investigações

científicas tenham conotações pacíficas claras;

- cooperação internacional na investigação e pesquisa da Antártica. Este é um ponto de suma relevância, já que o que se observa nas Estações de Pesquisas Científicas na Antártica é a inexistência de conotação ideológica ou da bipolaridade de poder, pelo menos de forma transparente. São constantes as visitas recíprocas de cientistas, num clima de harmonia. A Base Aérea chilena de Punta Arenas, estrategicamente localizada na entrada das Regiões Antárticas, é utilizada pela grande parte dos países que são possuidores de Estações Permanentes na Região, como base de descanso e de reabastecimento de suprimentos.

Hoje a Antártica não pertence a nenhum país. É uma região internacional. O marco geográfico de aplicação do Tratado é 60° de latitude Sul, incluindo todas as geleiras ou barreiras de gelo lá encontradas.

Segundo o Embaixador Penna Marinho, por força do Artigo IX do Tratado de Washington, três categorias de Estados integram o sistema por ele criado:

- os doze signatários originais, que são membros permanentes, independentemente das atividades que desenvolverem;

- os aderentes ativos, que participarão das Reuniões Consultivas, enquanto exercerem determinadas atividades científicas na Região Antártica; e

- os aderentes não ativos, os quais não participam das Reuniões Consultivas.

O Brasil passou a ser membro aderente ativo do Tratado Antártico, a partir de 16 de maio de 1975, quando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil fez a entrega ao Departamento de Estado Americano, depositário do Tratado, do seu Instrumento de Adesão, comprometendo-se a cumpri-lo e respeitá-lo. O Brasil poderia ter sido membro originário do Tratado, pois participara do Ano Geofísico Internacional. Entretanto, apesar do seu pleito, não foi admitido na Conferência de Washington, por não ter realizado, na oportunidade, nenhuma expedição científica ao Continente Austral.

Em suma, as Regiões Árticas e Antárticas estão intimamente ligadas ao Atlântico Sul, tanto em relação à Segurança e Defesa quanto ao desenvolvimento. O Atlântico Sul, na sua acepção mais genérica, é resguardado pela Antártica e exerce funções de seu escudeto. Assim, não se pode prescindir de uma análise a respeito do "Continente Gelado", quando se desenvolvem estudos sobre o

Atlântico Sul. Futuramente, seu domínio permitirá que um certo bloco de poder dominante possa alcançar a hegemonia político-militar na área. Infere-se, por isso, o desejo precípuo dos países banhados pelo Atlântico Sul e afins de mantê-lo à margem das disputas quanto à bipolaridade de poder.

UM IDEÁRIO POLÍTICO PARA O ATLÂNTICO SUL

Como tentou-se mostrar, existe uma simbiose de interesses e proposições entre o Atlântico Sul e as Regiões Antártica e Ártica. Procurar-se-á, a seguir, visualizar políticas que, se implementadas, servirão para a interação de interesses entre o Atlântico Sul e as Regiões Antárticas, quanto à Segurança, Defesa e Desenvolvimento Coletivo, com vistas a potenciais agressões extra-regionais e/ou continentais. Tais políticas deverão:

- criar preceitos e conceitos voltados para uma maior integração genérica entre o Atlântico Sul e a Antártica;

- gerar condições adequadas para uma maior interação de interesses comuns entre a Argentina, Brasil, Chile e África do Sul, membros tanto do Atlântico Sul, como do Tratado Antártico de Washington;

- estabelecer, entre os países do Atlântico Sul, a idéia motriz, via acordos culturais e científicos, por exemplo, quanto à importância da Antártica para a segurança e defesa da região;

- a medida que o Continente Antártico é a fronteira sul do Atlântico Sul, promover um permanente diálogo franco com os signatários do Tratado da Antártica, dentro do princípio da interdependência e do inter-relacionamento entre as Nações;

- iniciar a adoção de medidas para a extrapolação, do Continente Antártico para o Atlântico Sul, dos princípios da paz coletiva;

- unir o Atlântico Sul e a Antártica, tornando-os "santuários" da preservação da raça humana e do mundo animal e vegetal;

- assentar as bases para uma ação conjunta, futura e imediata, dos dois Continentes, na preservação e exploração racional dos recursos minerais e pesqueiros (73), abundantes na região;

- através de entendimentos, buscar a delimitação precisa das fronteiras dos dois Continentes, possibilitando a consecução de políticas e estratégias destinadas à defesa interna e intracontinentais;

- criar, com os países da América do Sul e do Sul da África que fazem parte do Tratado da Antártica, uma organi-

zação multilateral, consultiva, visando a uniformizar as políticas desenvolvidas no Atlântico Sul com aquelas desenvolvidas na Antártica;

- num sentido global, procurar equacionar as políticas nacionais dos países banhados pelo Atlântico Sul com as dos membros do Tratado da Antártica, sem ferir o princípio da soberania e independência individuais.

As estratégias para a implementação das políticas voltadas para a interação de interesses, preceitos e conceitos entre o Atlântico Sul e as Regiões Antárticas podem ser assim delineadas:

- incrementar a interação de interesses entre o países membros do Atlântico Sul e da Antártica, constituindo-se uma Comissão ou um Conselho Consultivo bicontinental, envolvendo os países do sul da América e do sul da África;

- incentivar, sem conotações ideológicas ou políticas, a aproximação político-diplomática entre Brasil, Argentina, Chile e África do Sul;

- estimular, entre os países membros do Atlântico Sul, a realização de acordos ou tratados científico-culturais que levem a uma maior aproximação com os países signatários do Tratado da Antártica;

- tornar exequível o enten-

dimento entre os países membros do Atlântico Sul e os do Tratado da Antártica;

- acelerar a integração científica e tecnológica entre os Continentes Antártico e do Atlântico Sul, através dos países superpostos;

- promover a obtenção urgente de um compromisso sério, pelos países do Atlântico Sul e da Antártica, pautado no Direito Internacional, que permita a exploração e pesquisa racional de suas riquezas e potencialidades, em benefício do grupo de países, desenvolvendo uma racionalidade crítica, capaz de impedir que os mesmos sejam transformados em disputas política e bélicas, quanto ao conflito Leste-Oeste;

- buscar, extracontinentalmente, os auxílios necessários para a consecução dos objetivos acima delineados, já que sendo os países do Atlântico Sul nações em desenvolvimento, não são dotados de mecanismos e recursos em escala suficiente para a viabilização das políticas pretendidas;

- regulamentar as fronteiras comuns entre o Atlântico Sul e a Antártica, instituindo uma Comissão Conjunta de Nações que assentaria, com precisão, onde termina o Atlântico Sul e onde começa a Antártica, recebendo auxílio das Nações Unidas e de Organismos voltados para a discussão do direito do

mar. Essa Comissão Conjunta Transcontinental teria um prazo, não superior a quatro anos, para apresentar soluções adequadas e definitivas ao problema. Seu laudo final deverá coincidir com a partilha da Antártica;

- propiciar os meios compatíveis para que os países membros dos dois Continentes possam constituir a Organização das Nações do Atlântico Sul e da Antártica (ONASA), semelhante à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização dos Estados ou Nações do Atlântico Sul (ONAS);

- a Organização dos Estados ou Nações do Atlântico Sul (ONAS) seria o órgão político institucional de integração, segurança, defesa e desenvolvimento recíproco do Atlântico Sul e da Antártica, sem ferir susceptibilidades ou interesses unilaterais;

- caberia à Organização dos Estados ou Nações do Atlântico Sul (ONAS) a coordenação de estratégias voltadas para uma eficiente integração entre as Nações, na desmilitarização e desnuclearização desses dois Continentes, sem que isso represente a adoção de uma paz utópica;

- a organização acima teria, também, a função de difundir as políticas e estratégias nacionais, compatibilizando-as com os interesses grupais. Não buscaria sobrepor-se aos Órgãos

Regionais existentes e, sim, interagir.

NOTAS

1. A Rota do Cabo (Cabo da Boa Esperança, África do Sul) liga os Oceanos Atlântico e Índico, vitais para a sobrevivência da América, Europa e Sul da África, enquanto Continentes viáveis, do ponto de vista econômico, comercial, de defesa e de segurança.
2. O Canal de Suez liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho e foi construído em 1869, pelos ingleses, objetivando encurtar as distâncias geográficas entre o Oriente Médio e a Europa, e, por extensão, a América. O projeto é de autoria do francês Ferdinand Lesseps. Enquanto permaneceu aberto, reduziu, drasticamente, a importância econômica e comercial da rota marítima do Cabo. Entretanto, ele foi fechado em 1967, em decorrência de mais uma guerra entre judeus e árabes. Com o estabelecimento das relações diplomáticas entre Israel e Egito, em 1978, o Canal de Suez foi reaberto para a navegação internacional, mas sua profundidade e estreiteza não permitem a passagem de navios de mais de 150 mil toneladas. Portanto, a Rota do Cabo teve perenizada a sua viabilidade econômica, sem discutir a estratégica, pois esta é natural, em função da segunda crise geral do Sistema Capitalista (setembro de 1973), como consequência, de mais uma guerra entre árabes e judeus.
3. O Canal do Panamá foi construído em 1914, interligando os Oceanos Atlântico e Pacífico. É localizado no Panamá, país que a princípio o entregou, de forma perpétua, aos Estados Unidos da América (EUA), como forma compensatória ou de gratidão pela decisiva ajuda dos americanos no processo de independência dos panamenhos, alcançada em 1903. Vale ressaltar que, até então, o Panamá era um território da Colômbia. Dentro desse contexto, surgiu a zona do Canal do Panamá, em cuja área, na cidade do Panamá, está localizado o Canal. Pelos entendimentos de 1977/78, mantidos pelos então Presidentes dos Estados Unidos da América (EUA) e do Panamá, Jimmy Carter e Omar Torrijos, respectivamente, o Canal voltará a ser integrado ao território e à soberania panamenhas à meia-noite do dia 31 de dezembro de 1999. Os americanos, no conjunto da política da boa vizinhança, lançada pelo Presidente Franklin Delano Roosevelt, em 1932, para a América Latina, declinou do direito perpétuo sobre o Canal, em troca de salvaguardas.
4. Trabalho Especial (TE-74), elaborado pelo Almirante de Esquadra Henrique Sabóia (atual Ministro de Estado da Marinha), "A Segurança Nacional em Face da Importância Crescente do Atlântico Sul", quando cursou a Escola Superior de Guerra (ESG). A citação da chamada analítica foi retirada do citado Trabalho, à página 03.
5. A citação da chamada analítica foi retirada do citado Trabalho, às páginas 06 e 07.
6. O Golfo Pérsico, desde setembro de 1980, data do início do sangrento conflito entre o Irã (República Islâmica Fundamentalista) e o Iraque, é uma das mais sensíveis regiões do Planeta, notadamente porque por esse Golfo escoam 70% do petróleo hoje consumido no Ocidente. Dentro dessa linha, o Golfo Pérsico é extremamente estratégico, em decorrências, também, da sua proximidade com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
7. São os seguintes os países signatários do Tratado da Antártica, entre Nações Consultivas (originárias) e Aderentes (possuidoras de bases de pesquisas permanentes no "Continente Gelado"), dotando-os de condições plenas para reivindicarem territórios a partir de 1991: África do Sul; Argentina, Austrália; Bélgica; Chile; Estados Unidos da América (EUA); França; Japão; Noruega; Nova Zelândia; Reino Unido; União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); República Federal da Alemanha

(RFA); Índia; Brasil (Estação Comandante Ferraz, localizada na Ilha de King George).

8. Conferência proferida pelo Embaixador Ilmar Penna Marinho, na Escola de Guerra Naval (EGN), em 24 de junho de 1982.
9. A Antártica, o desejado "Continente Gelado", é disputado, no contexto da bipolaridade de poder, na medida em que, tanto os Estados Unidos da América (EUA) como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) são signatários do Tratado da Antártida de Washington. São defensores da tese

da internacionalização das Regiões Árticas e da Antártica. Posicionam-se contrários à Teoria da Defrontação, que permite a extrapolação do território continental do país pleiteante, na Antártica, como parâmetro válido para a reivindicação territorial, a partir de 23 de junho de 1991, quando expira o prazo moratório do Tratado supramencionado. A problemática persiste e só será solucionada quando expirar o prazo de vigência do Tratado da Antártica, que é de 30 anos. Até lá, os países medirão forças entre os internacionalistas e os defensores da Teoria da Defrontação.



FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA, 31 anos, nasceu em Teresina, Piauí. É Professor de Economia Internacional da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), e Técnico Sênior da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Piauí (CEPRO). É formado em Economia, Relações Internacionais, Ciências Políticas e Sociologia. É mestre em História das Relações Exteriores do Brasil. Possui doze livros publicados, dentre os quais merecem destaques os seguintes: "A Guerra no Atlântico Sul - Reino Unido x Argentina", "Pelos Caminhos de uma Nação", "O Fortalecimento Institucional das Organizações Internacionais" e, "A Problemática do Atlântico Sul: Conseqüências da Guerra das Falklands/Malvinas (TE-87, ESG, DAP)". Possui diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), ministrado pela Escola Superior de Guerra (ESG).